

A agenda dos estudos sobre partidos políticos e sistemas partidários no Brasil¹

The literature on political parties and party systems in Brazil

Maria do Socorro Sousa Braga²

Resumo: Os partidos políticos e os sistemas partidários são duas unidades analíticas cruciais para a compreensão do funcionamento dos regimes democráticos. O caso brasileiro, marcado por intervenções militares intercaladas por significativas experiências de democracias competitivas (1945-1964 e de 1988 em diante) é um excelente laboratório para avaliarmos como esses atores políticos foram avaliados pelos estudiosos da política brasileira. Para examinar essa questão mais geral, este artigo tem dois objetivos: o primeiro será realizar um panorama da agenda de estudos sobre esses dois objetos, incluindo três amplos levantamentos da produção existente desde 1945 até 1998. O segundo objetivo visa verificar em quais direções essa agenda caminhou ao longo dos anos 2000. A conclusão é a de que a agenda desses estudos sobre essa área no Brasil, ao longo dos mais de 70 anos avaliados, apresentou avanço considerável na produção à medida que os partidos e o sistema partidário, especialmente ao longo dos anos 1980, passaram a ser cada vez mais reconhecidos como os agentes que estavam viabilizando a democracia representativa nesse país ao estruturarem e organizarem a competição política e governarem municípios, estados e o governo federal.

Palavras-chave: Partidos Políticos. Sistemas Partidários. Democracia Representativa. Brasil.

Abstract: Political parties and party systems are two analytical units crucial to understanding the functioning of democratic regimes. The Brazilian case, marked by military interventions interspersed with significant experience of competitive democracies (1945-1964 and 1988 onwards) is an excellent laboratory for examines how scholars of Brazilian politics evaluated these political actors. To explore this general question this paper has two objectives: the first will conduct an overview of the research agenda on these two objects, including three large surveys of existing production from 1945 until 1998. The second goal is to verify directions in which this agenda developed the 2000s. The conclusion is that the agenda of these studies on this area in Brazil, over the more than 70 years evaluated, showed considerable advancement in the production as the parties and the party system, especially during the '80s, became each increasingly recognized as agents that were enabling representative democracy in this country, structuring and organizing political competition and governing cities, states and the federal government.

Keywords: Political Parties. Party Systems. Representative. Democracy and Brazil.

¹Este artigo é dedicado à memória de Maria D'Alva Gil Kinzo, orientadora e amiga inesquecível, cuja contribuição à Ciência Política Brasileira foi crucial para o avanço dos estudos sobre fenômenos partidários.

²Professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), onde ministra, entre outras disciplinas, o curso Partidos e Sistemas Partidários. Coordenadora do Núcleo de Estudos dos Partidos Políticos Latino-Americanos da UFSCar e da área temática da ABCP *Eleições e Representação Política*.

Introdução

Os partidos políticos, juntamente com os sistemas partidários, conformam áreas clássicas da Ciência Política. Como sabemos, desde a segunda metade do século XIX os partidos são reconhecidos como fenômeno político imprescindível para o funcionamento dos regimes democráticos³. E, desde então, ampla literatura internacional a seu respeito foi desenvolvida, tanto em termos teóricos quanto em termos empíricos. Já no Brasil, somente mais recentemente a produção sobre os partidos, eleições e, especialmente, comportamento político, ampliou-se consideravelmente. Dois períodos da histórica política brasileira concentram a maior parte desses estudos. A primeira experiência de democracia competitiva, de 1945 a 1964; e a segunda, de 1988 em diante, com a promulgação da atual Constituição. Visando dar conta dos propósitos deste número inaugural da revista *Agenda Política* este artigo tem dois objetivos: o primeiro será apresentar um panorama geral dos levantamentos já realizados do estado da arte do fenômeno partidário no Brasil, quando serão indicados os períodos cobertos, os temas discutidos, bem como os tipos de abordagens que predominaram; o segundo, buscará verificar em quais direções essa agenda dos estudos sobre os partidos políticos caminhou ao longo dos anos 2000. Para desenvolver o primeiro objetivo as fontes principais serão os dois números do Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB) acerca dos partidos e temas afins e o balanço da literatura sobre *Partidos, Eleições e Poder Legislativo*, da Coleção *O que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*, no volume 3, *Política*. Para realizar o segundo objetivo serão consultados os capítulo sobre *Partidos e Sistemas Partidários*, no livro *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Ciência Política (2010)*, e artigos de

³Em levantamento realizado na virada do século, Gunther e Montero verificaram que cerca de 11,5 mil livros, artigos e monografias tinham sido publicados sobre partidos políticos e sistemas partidários apenas na Europa Ocidental desde 1945 (2002, p. 2). Nessa vasta bibliografia internacional sobre os atores partidários há vigoroso consenso a respeito de sua importância para a viabilidade das democracias contemporâneas. Entre outros estudos ver Schattschneider (1942), Epstein (1967), Sartori (1980), Schmitter (2001), Katz e Crotty (2006); e Dalton, Farrell e McAllister (2011).

revisão da literatura, que, além de incluir uma boa bibliografia, dão um balanço em áreas temáticas específicas.

Para organizar essa discussão o artigo foi estruturado seguindo a ordem dos objetivos levantados. Na seção seguinte apresentamos um panorama geral e longitudinal da agenda sobre o estudo dos partidos, envolvendo os 50 anos da história política brasileira, compreendidos entre 1945 a 1998. Na terceira seção discutimos o estado da arte dos estudos dessa área no início do século XXI. Na última seção teceremos as considerações finais.

2 A agenda sobre os estudos dos partidos, eleições e comportamento político no Brasil: 50 anos em três levantamentos bibliográficos

A comparação dos levantamentos da produção da área de *Partidos (e sistemas partidários)* realizada entre 1945 e 1998 revela que a sua agenda de estudos foi paulatinamente se ampliando e se tornando mais complexa à medida que estudiosos da política brasileira reconheceram a relevância e a necessidade dos partidos políticos para o funcionamento da democracia representativa, interrompida em diferentes períodos pelas intervenções militares. Para isso foi fundamental o avanço teórico e metodológico ocorrido em algumas dessas áreas, havendo também a conexão com a agenda internacional de pesquisas sobre alguns desses temas. Colaborou também nessa direção o uso sistemático de material quantitativo na análise de partidos, eleições, poderes Legislativo e Executivo e do comportamento eleitoral, proporcionado pela aquisição e melhoria de dados disponíveis oriundos de uma diversidade de fontes secundárias, desde então à disposição do pesquisador.

O primeiro levantamento bibliográfico realizado por Bolívar Lamounier e Maria D'Alva Gil Kinzo foi publicado em 1978. Tratava-se de resenha bibliográfica intitulada *Partidos Políticos, Representação e Processo eleitoral no Brasil (1945-1978)*. Na ocasião foram elencados 249 títulos entre livros, teses e artigos publicados em periódicos especializados, sobretudo a partir de 1950. De acordo com os assuntos tratados, essa bibliografia foi classificada em seis categorias: paradigmas e principais fontes de referência; representação-aspectos

institucionais; representação-recrutamento político e atuação parlamentar dos partidos; partidos-organização e ideologia; e comportamento eleitoral e atitudes políticas. Para desenvolvermos a questão mais geral que nos move neste artigo vamos nos deter na discussão de quatro dessas dimensões.

Na categoria *paradigmas e principais fontes de referência* foram incluídos estudos preocupados com a reflexão a respeito das instituições políticas do país no período considerado. Acrescentaram ainda àquelas pesquisas que, devido ao significativo avanço e amplitude, deveriam ser consideradas fontes de referência sobre essa área, sendo indispensáveis até hoje. Entre esses trabalhos são citados aqueles que fizeram a ponte entre as preocupações clássicas do pensamento político brasileiro e os dilemas práticos que se foram apresentando sob o regime da Constituição de 1946. Estão aí os clássicos Nunes Leal (1949), Guerreiro Ramos (1956 e 1961), Jaguaribe (1950, 1961 e 1962), Melo Franco (1965) e Carvalho (1958).

Lamounier e Kinzo (1978:118-9) explicam o argumento defendido por esses autores e quais eram as percepções sobre os partidos da época:

Da mesma forma que os críticos da República Velha haviam denunciado o descompasso entre o país “legal” e o país “real”, também estes se mostraram atentos ao relativo artificialismo dos partidos, ao seu pouco enraizamento como veículos para a participação política dos cidadãos, e, sobretudo à persistência de um *apartheid* político-eleitoral entre o interior, de um lado, e os grandes centros urbano-industriais, de outro. A forma geral do argumento é bem conhecida, mas não custa repeti-la: temiam os críticos do regime de 1946 que as organizações partidárias não se mostrassem atentas às demandas e necessidades do Brasil “moderno”, das grandes concentrações urbano-industriais, no sentido de representá-las, e aos requisitos de consistência e eficácia que se impunham à ação do Estado como promotor do desenvolvimento. Deu-se, assim, uma convergência de preocupações entre alguns autores, como Orlando de Carvalho, cuja atenção se voltava primordialmente para o problema da representatividade dos partidos, e outros, hoje denominados “desenvolvimentistas”, para quem a representatividade só se poderia instaurar efetivamente caso os partidos se tornassem ideologicamente diferenciados em torno das grandes questões do desenvolvimento econômico, do planejamento e do papel do Estado.

Outro aspecto salientado pelos autores sobre essa primeira produção bibliográfica diz respeito ao fato de alguns pesquisadores, já desde aquele período, recolocarem esta problemática em termos empíricos mais apropriados, demonstrando que emergiram nos anos 1950 partidos nacionais na acepção

moderna do termo. Entre esses estudiosos está Orlando de Carvalho, que em 1958 mostrava o “*declínio dos partidos conservadores*”, em plano nacional, e mesmo a atenuação das clivagens familísticas, em nível local. Outro trabalho nessa direção foi a contribuição de Gláucio Soares (1973), que mostra que os partidos, e mesmo os principais líderes populistas, tinham bases sociais e ideológicas diferenciadas; já o fenômeno da proliferação das coligações eleitorais, vistas por muitos como manifestação de alguma patologia política nacional, era interpretada por Soares como decorrência perfeitamente racional das regras de jogo então vigentes; e, finalmente, ainda segundo Soares, a experiência político-partidária de 1945 a 1964 correspondeu a um processo de expansão da cidadania e da participação política.

De 1965 a 1974, mesmo com a dissolução dos partidos e o advento do regime civil-militar, foram desenvolvidos estudos importantes para a compreensão do sistema político e da dinâmica partidária. Nesse sentido, é discutida a coletânea editada em 1965 por Octávio Ianni, sob o título *Política e revolução social no Brasil*. Vale ressaltar as contribuições de Francisco C. Weffort e Paul Singer, ao revalorizarem a problemática do populismo e dos partidos num campo de análise de inspiração marxista. Também nessa obra deu-se início ao questionamento da velha tese segundo a qual os partidos do regime de 1946 teriam sido inteiramente amorfos e indiferenciados em suas conexões sociais e ideológicas. Já nos anos 1970, Schwartzman (1970) e Cintra (1974) reintroduziram alguns temas clássicos da consciência histórica brasileira, atualizando-os à luz das novas condições políticas. Mas foram Cardoso (1973), Lafer (1975) e Linz (1973) que colaboraram para a compreensão do regime autoritário, dos grupos sociais que lhe deram suporte, de seu *modus operandi* como sistema político e, sobretudo, no caso de Linz, dos limites dentro dos quais poderia aquele modelo assegurar alguma legitimidade.

Outro grupo de estudos, mesmo discutindo os problemas mais amplos da organização política e institucional do Brasil, preocupou-se em desenvolver análises sobre os partidos e eleições lançando mão de bases empíricas mais sistemáticas e tratamento metodológico mais rigoroso. São destacados os livros de Gláucio Soares, *Sociedade e política no Brasil*, (1973); o de Simori Schwartzman, *São Paulo e o Estado Nacional*, (1974); o de Bolívar Lamounier e Fernando H.

Cardoso, *Os partidos e as eleições no Brasil*, (1975); o de Maria do Carmo Campello de Souza, *Estado e Partidos no Brasil*, (1976) e o livro organizado por Fábio Wanderley Reis, *Os Partidos e o Regime* (1978). Entre os artigos foi chamada a atenção sobre o debate publicado pela revista *Dados*, de 1977, em seu número 14, sob o título “As eleições e o problema Institucional”, com trabalhos de Cardoso, Reis, Santos e Schwartzman.

Na segunda categoria, *Representação: aspectos institucionais*, Lamounier e Kinzo (1978, p. 121) advertem que o debate sobre a representação permaneceu nos anos 1950 sendo realizado por juristas e profissionais com experiência direta em cargos políticos, principalmente no legislativo e no judiciário. Outro aspecto digno de nota, enfatizado pelos autores, foi o de que parte dessa literatura sobre os partidos do período 1945-1965 “refletiu a descrença que eles evocavam em certos setores da população”. Defendem ainda que havia lugar para a hipótese (ver Souza, 1976) “segundo a qual muito do que se disse dos partidos naquela época inspirou-se numa ideologia antipartidária previamente existente, e não numa avaliação desapassionada de seu desempenho”. Para isso são apontadas as referências clássicas de Soares de Souza (1872), Assis Brasil (1931) e Amado (1969). Entre os textos produzidos sob a vigência da Constituição de 1946, o levantamento inclui trabalhos de Martins (1956), uma coletânea de debates financiada pela Federação do Comércio de São Paulo. Já os estudos de Britto (1965) e Cavalcanti (1975) discutem representação proporcional ou distrital. Soares (1971 e 1973) trata dos efeitos do artigo 58 da Constituição de 1946, que estabelece o *quantum* da representação de cada estado na câmara federal. E, finalmente, Ferreira (1972) apresenta proposta de alterar o sistema brasileiro de representação política, a qual é criticada por Schwartzman no último capítulo de *São Paulo e o Estado Nacional* (1974).

Já na terceira categoria, *Representação: recrutamento político e atuação parlamentar dos partidos*, os autores introduziram estudos que tratavam da questão do poder e das funções do legislativo no conjunto do sistema político, os processos de recrutamento para postos eletivos e a atuação dos partidos como *policy-makers* e como formadores de opinião. Nesse período houve a expansão dessa temática e esses estudos começaram a apresentar orientação cada vez mais

sistemática de pesquisa. Dois aspectos concentraram a atenção dos estudiosos no que se refere aos estudos legislativos: os processos de recrutamento dos parlamentares e a tomada de decisões pelo Poder Legislativo. Sobre recrutamento político no Rio de Janeiro são destacados os estudos de Pita (1966), Moreira (1967a, 1967b), Maduro (1971 e 1973), Leopoldi (1972a, 1972b, 1973 e 1977) e Nunes (1978). Ainda sobre essa temática, mas no nível nacional, foram elencados os estudos de Fleischer (1977a e 1977b) ao tratar, especificamente, sobre carreiras políticas de deputados estaduais e federais. Ainda foram foco de análises aspectos, como, por exemplo, o encaminhamento e a votação de projetos no Congresso Nacional e nas assembleias estaduais. Brigagão (1971) e Santos (1971, 1973a e 1973b), são trabalhos pioneiros, neste particular. E, ainda, Schmitter (1971) e Cardoso (1975) pesquisaram as ligações entre deputados e grupos de interesse, ainda pouco explorados inclusive na atual quadra democrática. Finalmente, quanto à discussão no que diz respeito ao papel e às funções do legislativo no interior do sistema político, a bibliografia daquele período é extensa, embora seja variável quanto ao rigor científico. São citadas obras tanto de Barbosa (1977a, 1977b) enquanto estudos conceitualmente mais rigorosos, como a de Abranches (1973), Packenhara (1971), Mendes de Almeida (1975), Guimarães (1975), Benevides (1976) e Bahia (1977).

Finalmente, na quarta categoria, *Partidos: organização e ideologia*, foi salientado o interesse observado na época em relação à questão partidária e a ascendência da visão antipartidária. De acordo com a resenha bibliográfica de Lamounier e Kinzo (p.124), os partidos de 1946 a 1965, em grande parte dos trabalhos, foram descritos como *agrupamentos ideológicos indiferenciados, de parentelas familísticas que se projetavam no domínio público; de entidades exclusivamente eleitoreiras e, portanto, sazonais*. No que diz respeito à visão *classista* dos partidos, o (Partido Social Democrático) PSD era visto como representante da oligarquia agrária, a (União Democrática Nacional) UDN, da classe média e da burguesia urbanas e o (Partido Trabalhista Brasileiro) PTB dos assalariados de baixa renda e do operariado industrial. Mas teria sido o trabalho de Singer (1965) que dera à visão classista uma feição afirmativa.

Também sublinham que os estudos mais extensos sobre os partidos numa

perspectiva organizacional referem-se a agremiações partidárias anteriores ao pluripartidarismo de 1946. Entre essas pesquisas são citadas as de Souza (1971) e Trindade (1974), sobre o Integralismo; e a de Chilcote (1974), sobre o Partido Comunista. Verificam que o interesse pelo estudo do PSD, UDN e PTB da óptica organizacional somente começaria a ocorrer ao longo dos anos 1970. Citam nessa direção o livro de Souza (1976), ao salientar a importância de se conhecer o partido político como uma *organização* que se forma num espaço político ocupado por outras organizações e que a ele deve adaptar-se. Outros estudos mencionados sobre o papel condicionante do Estado Novo sobre a estrutura partidária nascente foram o livro de Virgílio de Mello Franco, *A campanha da UDN*, de 1946; e o de Orlando de Carvalho, *A política do Município*, que demonstra como a máquina do Estado Novo foi usada para formar as futuras bases do PSD e do PTB.

Ainda é oportuno destacar que essa linha de pesquisa não prosperou nos anos 1950 e 1960. Mas nos anos 1970 alguns livros trouxeram importante contribuição ao estudo dos partidos dessa perspectiva, particularmente os de Lucia Lippi Oliveira (1973a e 1973b), sobre o PSD, e o de Otávio Ducci (1977), sobre a UDN.

Como podemos verificar nessa primeira agenda de estudos no tocante à questão partidária predominaram pesquisas sobre os partidos individualmente e sua atuação na arena eleitoral e governativa, cuja principal preocupação estava focada na função representativa das agremiações partidárias. Outras unidades de análise importantes eram a *ideologia*, as *atitudes políticas* e o *comportamento eleitoral*. Todavia, o *sistema partidário* como unidade analítica ainda não tinha sido construído. O próprio objeto *sistema partidário* somente foi introduzido no segundo levantamento bibliográfico coberto pelo *BIB*.

Em 1992, Olavo Brasil de Lima Junior, Rogério Augusto Schmitt e Jairo César Marconi Nicolau publicaram o balanço bibliográfico que saiu pelo BIB n.34, envolvendo os estudos sobre o tema desenvolvidos entre 1978 e 1991. Foram catalogados 54 livros, 50 dissertações (de mestrado ou doutorado) e 121 artigos publicados em 26 periódicos. Essa bibliografia foi organizada pelos seguintes temas: análises centradas em partidos específicos; abordagens do sistema partidário visando compreender o sistema político como um todo; estudos

transversais sobre algumas eleições e ainda a respeito dos subsistemas partidários estaduais.

Ainda é possível distinguir algumas subdivisões nessas temáticas quando desagregamos essa produção por determinados cenários políticos que apresentaram maior concentração de estudos. Uma parte importante dos estudos publicados ao longo da década de 1980, por exemplo, focou na criação e atuação dos partidos no contexto da transição do regime ocorrida entre 1974 e 1985, e da redemocratização (de 1988 em diante). Entre esses temas estão a formação (e refundação de outros) partida em 1980; as eleições inaugurais da reintrodução do pluripartidarismo (particularmente para os governos estaduais) no pleito de 1982; eleição presidencial indireta de um civil e ampliação do multipartidarismo com a formação de outros partidos a partir da emenda Constitucional de 1985; Assembleia Constituinte e promulgação da Constituição do novo período de democracia competitiva viabilizadas entre 1987 e 1988; e a primeira eleição direta para presidente da República, de 1989. No final dos anos 1980 e início dos 1990, os estudos de algumas dessas temáticas apresentaram significativo avanço conceitual e metodológico.

Entre esses estudos as análises mais aprofundadas em relação à atuação dos partidos para compreender o funcionamento do sistema político como um todo estão os livros de Santos (1987), Kinzo (1993); Lima Jr (1983,1993) e Mainwring (2002). Sobre o período do bipartidarismo compulsório e a transição política ocorrida sob a égide do pluripartidarismo limitado (1979-1985) estão os estudos de Reis (1978), Lamounier (1980; 1989; 1990 e 1991), Lamounier & Meneguello (1986), Diniz (1982) e Alves (1984). Já entre análises centradas em partidos específicos, sobretudo no Partido dos Trabalhadores (PT) (o partido que mais despertou interesse dos estudiosos da política brasileira), mas também no (Movimento Democrático Brasileiro-Partido do Movimento Democrático Brasileiro) MDB-PMDB, estão os estudos de Sadek (1986), Kinzo (1988) e Meneguello (1989). Essa primeira geração de reflexão sobre os atores partidários em sua gênese e ao longo da reintrodução do pluripartidarismo nos anos 1980 foi ainda marcada por avaliação muito negativa dos partidos e, particularmente, em relação ao seu processo de institucionalização. Finalmente, há um último grupo de

estudos concentrados no exame das instituições, entre os quais se destacam àqueles sobre a legislação eleitoral e suas consequências políticas (KINZO, 1980; PORTO, 1989; BRAGA, 1990 e LIMA JR, 1990 e 1991).

Observando-se a classificação das abordagens teóricas e dos temas da agenda de pesquisas que resultaram nas produções elencadas pelos dois primeiros BIB's podemos notar mudanças significativas de um período para o outro. A primeira constatação, já enfatizada por Lima Jr. (1999), é a de que partidos e sistemas partidários passaram a serem tratados como objeto de estudo de forma diferentes. Para isso buscou-se construir esses objetos a partir de uma perspectiva generalista e, menos específica, como era mais comum encontrarmos nos estudos analisados no primeiro período. Nesse sentido, foi crucial a introdução do sistema partidário como unidade analítica nos estudos desenvolvidos ao longo dos anos 1980, quando também houve a entrada de outro tema fundamental na agenda de estudos sobre os Partidos e Sistemas Partidários: os efeitos do sistema eleitoral e suas consequências políticas para o sistema partidário e político em geral. Contudo, estudos sobre partidos específicos, particularmente sobre aqueles situados à esquerda do espectro político ideológico em cada período analisado, continuaram sendo desenvolvidos, mas com maior rigor conceitual e metodológico. Esses estudos, tendo o partido político como unidade de análise, buscaram refletir sobre o seu papel no sistema político, sua estrutura organizacional territorial e sobre a atuação e evolução em determinados estados da federação.

Já no fim dos anos 1980 também foi reintroduzido na agenda de estudos partidários o tema do Poder Legislativo. Tais estudos, ao inovarem teoricamente e metodologicamente com instrumental internacional, deram impulso acentuado aos estudos legislativos, entre os quais estão os realizados sob a perspectiva do novo institucionalismo.

Em 1999, Olavo Brasil de Lima Jr. organizou o terceiro levantamento bibliográfico sobre os Partidos e Sistemas Partidários, publicado na Coleção *O que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*, no volume 3, *Política*. O título em si já revelava o foco desses trabalhos: *Partidos, Eleições e Poder Legislativo*. De todo modo, a observação das áreas temáticas sob os quais essa produção foi sistematizada revela a abrangência da agenda de pesquisas do período investigado

entre 1992 e 1998. Os temas concentradores desses estudos foram: participação eleitoral, sistemas eleitorais e sistemas partidários e estudos sobre o Poder Legislativo e suas relações com o Poder Executivo.

Para verificar qual foi a agenda de estudos e suas principais preocupações analíticas, coberto por esse terceiro levantamento bibliográfico, discutiremos as duas últimas temáticas. Nessa direção, na categoria *Sistemas partidários e Sistemas Eleitorais*, Lima Jr. (1999:36) ressalta que houve uma sequência de trabalhos nos quais podemos perceber progressivo avanço conceitual e metodológico. São incluídos entre esses estudos os de Santos (1990), Rodrigues (1990, 1995, 1997) e Nicolau (1996). Em relação aos estudos que lidam com as instituições representativas são destacados os livros de Lima Jr. (1997), *Instituições Políticas Democráticas: O Segredo da Legitimidade*, e o de Tavares (1994), *Sistemas Eleitorais nas Democracias Contemporâneas*. Ainda nessa direção, mas privilegiando a comparação entre o sistema partidário nacional e subsistemas estaduais no que diz respeito ao formato e à mudança, vale ressaltar o trabalho pioneiro organizado por Olavo Brasil de Lima Jr. (1997), *O Sistema Partidário Brasileiro: Diversidade e Tendências*.

No que diz respeito à categoria dos *Estudos sobre o Legislativo e suas relações com o Executivo* houve, nesse período, importante incremento analítico e metodológico de algumas áreas, como, por exemplo, os estudos enfocando o comportamento do congressista e os resultados do processo legislativo, além da própria organização interna e funcionamento do Poder Legislativo. Entre os estudos já consagrados estão os de Limongi e Figueiredo (1994, 1995a, 1995b), Santos (1995, 1997), e Pessanha (1997). Outros estudos avançaram na temática dos partidos no Executivo. O trabalho mais sistemático foi realizado por Meneguello (1998), *Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo*. Um aspecto crucial dessa literatura, salientado por Lima Jr. (1999: p.32), já destacado no segundo levantamento realizado pelo BIB, é o seu traço distintivo no que diz respeito ao tratamento dos partidos e eleições com *status* analítico próprio.

Contudo, houve um traço de continuidade nessa produção intelectual organizada nesses três levantamentos bibliográficos. Grande parte dessa literatura continuava mantendo o argumento de que os partidos brasileiros permaneciam

frágeis tanto em termos organizacionais quanto em termos programáticos e ideológicos, o que dificultaria, para alguns, ou mesmo impediria, para outros, o processo de institucionalização dessas instituições.

No que diz respeito às lacunas em relação à temática sistemas partidários e sistemas eleitorais foram apontadas as comparações internacionais, que ainda eram, até 1998, pouco frequentes e, atualmente, houve pouco avanço, e também faltavam estudos que tivessem como unidade de análise os municípios.

O balanço geral dessas três agendas de estudos sobre os partidos e sistemas partidários, desenvolvidas entre 1945 e 1998, aponta para avanços consideráveis tanto em termos analíticos quanto metodológicos, e mesmo quantitativos. As mudanças substanciais da produção nessa direção começariam, segundo Lima Jr. (1999), a partir dos anos 1980.

De acordo com os levantamentos discutidos, a produção no período examinado foi muito diversificada tanto do ponto vista temático quanto das perspectivas teóricas, e ainda, em relação ao rigor científico dos métodos usados para checar empiricamente as hipóteses aferidas. A tendência observada foi no sentido do avanço no desenvolvimento dessa linha de pesquisa, embora o aspecto qualitativo e o seu caráter mais ou menos analítico, ainda sejam apontados como variável.

Dessa perspectiva temporal mais alongada outros aspectos gerais devem ser ressaltados sobre os estudos da área. De acordo com Lima Jr. (1999), um desses elementos diz respeito ao fato de serem cada vez mais escassos estudos ensaísticos e jornalísticos desenvolvidos por cientistas políticos, quando comparados com os períodos anteriores. Um segundo aspecto se refere à ampliação do uso sistemático de material quantitativo nas investigações sobre os partidos, eleições, estudos legislativos e comportamento eleitoral, redundando em ganhos empíricos na demonstração das hipóteses de trabalho - outra condição necessária, mas pouco valorizada em grande parte dos estudos dos dois primeiros levantamentos.

Finalmente, em termos das temáticas envolvendo os partidos e sistemas partidários, vimos que houve ampliação significativa da agenda de estudos para essa área de conhecimento sob análises, com destaque para: os partidos políticos em suas diversas dimensões (organizacional, programática, competitiva e

ideológica); os efeitos dos sistemas eleitorais sobre os sistemas partidários; o formato e a evolução do sistema partidário nacional e subnacionais (menor número de trabalhos ainda sobre esse último recorte estadual); comportamento político e eleitoral, o Poder Legislativo e suas relações com o Poder Executivo.

3 A produção brasileira recente sobre *partidos políticos e sistemas partidários* avanços temáticos e metodológicos

Em quais direções a agenda dos estudos partidários caminhou ao longo dos anos 2000? Que áreas de pesquisa mais se desenvolveram? Quais são os temas menos estudados?

Para responder a essas questões foram consultados tanto o levantamento sobre a produção dessa área, publicado no livro *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Ciência Política (2010)*, especificamente no capítulo Partidos e Sistemas Partidários elaborado por Jairo Nicolau, quanto artigos de revisão da literatura que, além de incluir uma boa bibliografia, dão um balanço em áreas temáticas específicas publicados nos seguintes periódicos: *Dados*, *Opinião Pública*, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *Brazilian Political Science Review* e *Revista de Sociologia e Política*.

Nesse capítulo, Nicolau (2010) apresenta balanço razoável da literatura produzida pela Ciência Política a respeito dos partidos e sistemas partidários no período entre 1985-2009, com base no que foi publicado em livros editados no Brasil e nas revistas mais relevantes da área. Ficaram de fora, portanto, dissertações e teses desenvolvidas após 1998 (Haja vista que o último levantamento bibliográfico realizado por Lima Jr. foi até esse ano). Outra limitação do estudo de Nicolau é a de que a pesquisa bibliográfica reduziu-se às publicações que se preocuparam em examinar a atuação dos partidos em âmbito nacional. No entanto, como os artigos consultados indicam, nesse período coberto por esse levantamento, há extensa literatura sobre a atuação dos partidos e do sistema partidário nos estados e municípios, mas esses estudos não foram incluídos no capítulo do autor.

Nos anos 2000 os estudiosos do fenômeno partidário se mantiveram pesquisando os partidos e o sistema partidário como unidades de análise distintas, aprofundando assim o traço distintivo no que diz respeito ao tratamento dessas duas dimensões do sistema representativo brasileiro, reforçando o seu *status* analítico próprio. Maior evidência do ápice dessa característica da produção é o próprio título do balanço bibliográfico realizado por Nicolau: Partidos e Sistemas Partidários. Pela primeira vez um renomado estudioso dos fenômenos partidários brasileiros expressa o profundo avanço dessa área de estudos. Embora Olavo Brasil de Lima Jr., como já salientamos acima, identifique esse aprofundamento nos estudos realizados em fins dos anos 1980, sua própria análise era ainda pessimista quanto ao papel desses dois objetos de estudo no funcionamento da democracia representativa brasileira.

Nicolau divide sua resenha bibliográfica em dois grandes blocos. No primeiro discute os estudos que analisaram os partidos como unidade de análise. No segundo examina o sistema partidário. No bloco sobre os estudos dos partidos a agenda de pesquisas privilegiou temas como a atuação dos partidos na primeira década do regime democrático; desempenho eleitoral; estudos de casos; percepção dos partidos pela opinião pública; partidos no Executivo e partidos no Legislativo.

No período compreendido entre o fim dos anos 1990 para cá, foco da análise desta seção deste artigo, a atuação dos partidos nos governos foi tratada em duas coletâneas sobre o sistema político brasileiro: a primeira foi organizada por Melo & Sáez (2007) *A Democracia Brasileira: Balanços e Perspectivas para o Século XXI*; o segundo trabalho foi elaborado por Fleischer (2007), conformando um dos capítulos do livro organizado por Cintra & Avelar, *O Sistema Político Brasileiro: Uma Introdução*.

Já no que se refere aos estudos dos partidos específicos, a atuação do PT e, em menor proporção, do (Partido da Social Democracia Brasileira) PSDB, continuou recebendo maior atenção dos estudiosos nos anos 2000. Entre os trabalhos que privilegiaram a óptica organizacional buscando avaliar as transformações do PT, com base em referencial teórico internacional e amplo levantamento de dados empíricos, está o importante livro de Pedro Floriano Ribeiro (2010), *Dos Sindicatos ao Governo. A organização Nacional do PT de 1980*

a 2005. Entre os artigos está o estudo de Amaral (2011), que busca discutir as especificidades do caso petista responsáveis por moldar o desenvolvimento organizativo desta agremiação. Sobre a formação e estrutura organizacional do PSDB cabe ressaltar o artigo de Roma (2002). E os estudos de Roma (2006) e D'Araujo (2011), de uma perspectiva comparada, analisam determinados aspectos da organização do PT e do PSDB. Ainda sobre o PT e o fenômeno do petismo e suas bases eleitorais estão os estudos de Samuels (1997, 2004, 2008). Sobre outros partidos, o estudo de Ferreira (2002) compara a formação e a estruturação do PMDB e do (Partido da Frente Liberal) PFL (atual Democratas - DEM), revelando como esses processos podem contrabalançar os efeitos descentralizadores do federalismo.

Na temática a respeito da percepção dos partidos pela opinião pública, segundo Nicolau (2010), vários estudos buscaram avaliar e dimensionar o grau de identificação partidária existente no Brasil. Entre esses trabalhos estão os de Carreirão e Kinzo, (2004); Kinzo, (2007); Paiva, Braga & Pimentel Jr., (2007); Veiga, (2007), Carreirão, (2008). Acrescentamos nessa temática a coletânea organizada por Maria D'Alva Gil Kinzo e Maria do Socorro Sousa Braga (2007), *Eleitores e Representação Partidária no Brasil*, que além de verificar qual era a percepção dos eleitores sobre os partidos no início do século XXI, examina o perfil da representação dos partidos, bem como as estratégias partidárias na seleção de candidaturas e na forma de atuar diante das regras da competição partidário eleitoral. Já entre os estudos sobre a atuação dos partidos no Executivo, desenvolvidos nos anos 2000, foram destacados aqueles realizados por Amorim Neto (2000 2007a e 2007 b). E, sobre a ocupação de cargos na estrutura do Executivo Federal, vale ressaltar o trabalho pioneiro de D'Araújo (2007).

Em relação ao bloco de estudos sobre os partidos no Legislativo os trabalhos que se seguiram ao longo dos anos 2000 reafirmaram, em grande medida, os achados dos estudos pioneiros de Limongi e Figueiredo dos anos anteriores. Entre os novos estudos desses autores estão os de Limongi, Figueiredo e Valente (1999), Limongi e Figueiredo (2002, 2007), Cheibub, Figueiredo & Liomongi (2009). Já Pereira & Mueller (2000, 2003) trouxeram elementos que questionavam esses estudos. Outros estudos relevantes nessa temática são os de Ames (2003), ao

chamar atenção para o fato de a disciplina partidária na Câmara dos Deputados ser afetada por variáveis exógenas. Já o trabalho de Carvalho (2003) é notável ao aprofundar as indicações de Ames (2003) sobre as relações entre a geografia do voto e o comportamento do parlamentar no Brasil. Outro aspecto bastante estudado nesse período foi o fenômeno da migração partidária. Estudos como os de Schmitt (1999), Melo (2000, 2004) e Santos (2001) trouxeram contribuições valiosas sobre a vitalidade dos partidos no Legislativo. Análises também buscaram desvendar o comportamento político-ideológico dos parlamentares. Entre os estudos desenvolvidos nessa temática o mais recente é a coletânea organizada por Timothy Power e César Zucco (2011), intitulada *O Congresso por Ele Mesmo: Autopercepções da Classe Política Brasileira*.

Vale ainda chamar atenção para o fato de que a questão central dos trabalhos desenvolvidos ao longo da redemocratização, ou seja, as supostas fragilidades dos partidos brasileiros e a reduzida capacidade de institucionalizar-se foram retomadas pelos estudos examinados nesta seção, que, ao se apropriarem de instrumental analítico internacional, produziram avaliações opostas às aquelas dos primeiros estudos, revelando-se como promissores. Nessa direção, o quadro partidário do fim dos anos 1990 para cá reintroduziu temas como o recrutamento político e suas dimensões, como, por exemplo, o processo de seleção de candidatos à cargos eletivos (Braga: 2008, 2009a; Braga & Veiga, 2009b), a composição social da Câmara dos Deputados (Rodrigues, 2002); elites políticas estaduais (Perissinotto, et al. 2007); financiamentos partidário e grupos de interesse (Speck: 2004, 2005, 2006; Braga & Bourdoukan, 2009).

No que diz respeito ao bloco de estudos sobre o sistema partidário, Nicolau (2010, p.232-3) salienta que duas dimensões foram destacadas por essa bibliografia: i) a *fragmentação partidária* (Nicolau, 1996; Kinzo, 2004), acrescentamos ainda, os tipos de padrões de competição política analisados por Braga (2006) no período de 1982 a 2002, onde a autora investiga e demonstra, entre outras dimensões, a estabilidade dos principais atores partidários, a vinculação dos pleitos gerais com a eleição presidencial passando a ser a disputa organizadora dos demais, e o processo de concentração da disputa partidária para o Executivo Federal; ii) *estabilidade das preferências eleitorais pelos partidos e*

suas implicações para o funcionamento mais geral do sistema político brasileiro. Entre esses estudos são destacados os de Peres (2002), Kinzo (2004), Braga (2006); Mainwaring & Zoco (2007); Bohn & Paiva (2009), que, ao lançarem mão de ampla base empírica e analítica, ampliaram consideravelmente o conhecimento sobre essa temática.

De acordo com Nicolau (2010), entre as lacunas da vasta bibliografia já desenvolvida até aqui sobre os partidos e sistemas partidários está a ausência de estudos sistemáticos comparando os tipos de estrutura organizacional encontrados aqui e alhures, conectados com a agenda internacional de pesquisas. Também ainda há poucos estudos sobre o crescente papel do Estado na regulação da vida partidária, especialmente o Poder Judiciário, e o financiamento dos partidos. Entre os partidos individuais faltam estudos aprofundados sobre a atuação das organizações situadas ao centro e, particularmente, à direita do espectro político ideológico. Entre os partidos mais estudados, o PT e o PSDB, faltam estudos sobre esses dois partidos no que se refere à atuação deles no governo, e, sobre o segundo, na oposição após 2002.

Gostaríamos ainda de destacar que entre os temas e avanços metodológicos reintroduzidos nesse último período examinado, a agenda sobre os fenômenos partidários também contou com o crescimento dos estudos baseados na geografia eleitoral para análise do comportamento eleitoral e da expansão da estrutura organizacional territorial dos partidos em nível nacional, ou em alguns estados. Entre esses estudos estão os artigos de Soares & Terron (2008 e 2010) e Braga & Rodrigues-Silveira (2012).

4 Considerações Finais

Neste artigo buscamos identificar a agenda da produção acadêmica e o conhecimento científico acumulado a respeito dos partidos políticos e sistemas partidários no âmbito da Ciência Política brasileira. Para isso perseguimos uma questão analítica crucial nessa área clássica dos estudos políticos: partindo do pressuposto de que os partidos são fenômenos políticos modernos imprescindíveis para o funcionamento das democracias representativas, pois é por meio deles que

esses regimes se estruturam e a competição política se organiza, qual tem sido a avaliação predominante entre os estudiosos da política brasileira sobre a atuação desses atores partidários ao longo dos períodos investigados?

Com base em balanços bibliográficos realizados desde 1978 até 2010 por cientistas políticos, mesmo que tais levantamentos não sejam exaustivos, verificamos que os estudos produzidos sobre partidos, eleições, sistemas partidários, sistemas eleitorais, comportamento eleitoral, Poder Legislativo e Poder Executivo e, mesmo a respeito das relações das instituições representativas com o sistema político mais geral, passaram por considerável avanço ao longo das últimas décadas. Como vimos, esse desenvolvimento variou de área para área do conhecimento sob análise. Outras áreas somente recentemente foram introduzidas nessa agenda de pesquisas enquanto outros temas ainda precisam ser mais explorados e alguns têm que entrar nos próximos anos, como, por exemplo, os estudos comparados entre os tipos de formações e funcionamento das organizações partidárias no continente latino-americano, bem como a atuação dos principais partidos nacionais, o PT e o PSDB, em suas experiências de governo e, esse último, na oposição. Apesar desse desenvolvimento, vimos que houve perdas também.

Verificamos que, em grande parte dessa bibliografia, mais precisamente nos três primeiros levantamentos, houve uma tendência para uma avaliação pessimista, senão mesmo para a hipótese da ideologia antipartidária sugerida por Souza (1976) em relação à importância e ao papel das organizações partidárias brasileiras para o funcionamento da democracia. Mesmo sem base empírica e comparações internacionais o diagnóstico prevalecente era o de que os partidos eram débeis organizacionalmente, programaticamente e em termos ideológicos. E a explicação para a fragilidade dos atores partidários adviria, segundo a maioria das análises do segundo levantamento em diante, do tipo de sistema eleitoral adotado para transformar os votos em cadeiras para as Casas Legislativas e da legislação partidária. Sem checar os possíveis efeitos de variáveis organizacionais, esses estudos procuravam defender que, enquanto o sistema eleitoral incentivaria a fragmentação excessiva, a legislação partidária não inibiria a infidelidade e a indisciplina parlamentares, entre outros males causados pela suposta fragilidade

de nossas agremiações partidárias. Sendo assim, tais consequências comprometeriam o funcionamento das instituições democráticas nos moldes representativos e, desde então, várias reformas políticas foram sugeridas.

Contudo, desde o primeiro levantamento existiram alguns estudos que, munidos de instrumental analítico e estatístico, demonstram, em termos empíricos, que os partidos do período de 1945-1964 apresentavam características próprias da concepção moderna do termo. Com a redemocratização dos anos 1980, marcada pela reimplantação do pluripartidarismo, bem como pela ampla participação popular nos processos eleitorais, constituiu-se importante estímulo para a produção científica. A partir desse contexto político mais geral e das evidências dos avanços apresentados pelos atores partidários, passados quase 25 de anos de vigência dessa segunda experiência de democracia competitiva, nossos partidos e sistema partidário passaram a ser cada vez mais reconhecidos por estudiosos da política brasileira como os agentes que vem viabilizando a democracia representativa, seja recrutando e selecionando a classe política, seja estruturando e organizando a competição política e, particularmente, governando municípios, estados e o governo federal dentro dos parâmetros estabelecidos pela ordem democrática liberal, diferentemente de outros contextos na América Latina, onde as pressões sociais, em virtude de crises econômicas e da demanda por reconhecimento político por parte de amplas comunidades, levaram ao esgotamento de tradicionais sistemas partidários.

4 REFERÊNCIAS

ALVES, M. H. M. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis, Vozes, 1984.

AMARAL, O. E. do. *Ainda conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade*. Opinião Pública, Campinas, v. 17, n. 1, p. 1-44, 2011.

AMES, B. *Electoral Strategy under Open-List Proportional Representation*. American Journal of Political Science, vol. 39, n. 2, p. 406-433, 1995.

_____. *The Deadlock of Democracy in Brazil*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2001.

AMORIM NETO, O. *O Poder Executivo, centro de gravidade do sistema político brasileiro*. In: Lúcia Avelar and Antônio Octávio Cintra, eds., *Sistema político brasileiro: uma introdução* (2nd revised edition). Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2007.

BENEVIDES, M. V. de M. *A UDN e o Udenismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

BRYCE, J. *Modern Democracies*. New York: Macmillan, 1921 *apud* WHITE, John Kenneth. What is a political party? In: KATZ, Richard; CROTTY, William (Ed.). *Handbook of Party Politics*. London: Sage, 2006.

BRAGA, H. S. *Sistemas Eleitorais do Brasil (1821-1988)*. Brasília, Senado Federal, 1990.

BRAGA, M. do S. S. *Reclutamiento Partidista Y Representation: Procesos de Selección de Candidatos en la Cámara de Diputados Brasileña*. In: Freidenberg, F. and Alcantántara, M., eds. *Selección de Candidatos, Política Partidista y Rendimiento Democrático*. México, DF: Tribunal Electoral del Distrito Federal, 2009a.

_____ & VEIGA, L., MIRÍADE, A. *Recrutamento e Perfil dos Candidatos e dos Eleitos à Câmara dos Deputados nas Eleições de 2006*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, p. 123-142, 2009b.

_____. *Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo*. *Opinião Pública*, v. 14, n.2, p. 454-485, 2008.

_____. *O Processo Partidário-Eleitoral Brasileiro: Padrões de Competição Política 1982-2002*. São Paulo, Humanitas/Fapesp 2006.

_____ & RODRIGUES-SILVEIRA. *Organización, territorio y sistema partidário: diffusion territorial de la organización de los partidos y sus potenciales impactos sobre la estructura del sistema partidario en Brasil*. Salamanca, America Latina Hoy, vol.62, 2012.

CARDOSO, F. H. *O Modelo Político Brasileiro e Outros Ensaio*. São Paulo, Difel, 2.ed., 1973.

_____. *As eleições e o problema institucional. Notas sobre Estado e Sociedade*. *Dados*, v. 3, n. 14, 1977.

CARONE, E. *O PCB (1922-1932)*, São Paulo, Difel, 1982.

CARVALHO, O. M. de. *Ensaio de Sociologia Eleitoral*. Belo Horizonte, Edições da RBEP. 1958.

CARVALHO, N. R. de. *E no Início Eram as Bases: Geografia Política do Voto e Comportamento Legislativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

CINTRA, A. O. *A Política Tradicional Brasileira: uma interpretação das relações entre o centro e a periferia*. Cadernos DCP, Departamento de Ciência Política, UFMG, n. 1, 1974.

DALTON, R.; FARRELL, D.; McALLISTER, I. *Political Parties and Democratic Linkage: How Parties Organize Democracy*. Oxford: OUP, 2011.

D'ARAUJO, M. C. *PSDB e PT e o Poder Executivo. Desigualdade e Diversidade*, Rio de Janeiro, Dossiê Especial, p. 65-100, 2011.

_____. *Governo Lula: Contornos Sociais e Políticos da Elite do Poder*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

DIAMOND, L (Ed.). *Political Parties and Democracy*. Baltimore: Johns Hopkins, 2001.

EPSTEIN, L. *Political Parties in Western Democracies*. London: Pall Mall, 1967.

DINIZ, E. *Voto e Máquina Política: Patronagem e Clientelismo no Rio de Janeiro*, Paz e Terra, 1982.

FLEISCHER, D. V. (Org.) (1981) *Os Partidos Políticos no Brasil*. Brasília, UNB.

_____.(Org.) (1988). *Da Distensão à Abertura: As eleições de 1982*, UnB.

FIGUEIREDO, A. e LIMONGI, F. *Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994*. Dados 38, n.3, 1995.

_____. *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

GUERREIRO RAMOS, A. *A dinâmica da sociedade política no Brasil*. Rev. Brasileira de Estudos Políticos, v. 1, n. 1, 1956.

_____. *A crise do poder no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1961. IANNI, Octávio. *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

GUNTHER, R; MONTERO, J. R. *Introduction: Reviewing and Reassessing Parties*. In: ____; LINZ, Juan (Ed.). *Political Parties: Old Concepts and New Challenges*. Oxford: OUP, 2002.

HIPPÓLITO, L. *De Raposas e Reformistas: o PSD e a Experiência Democrática Brasileira (1945-1964)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

KINZO, M. D. G. *Representação Política e Sistema Eleitoral no Brasil*. São Paulo, Símbolo, 1980.

_____. *Oposição e Autoritarismo: Gênese e Trajetória do MDB*. São Paulo, Vozes, 1988.

_____. *Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro*. São Paulo, Fundação Konrad-Adenauer, 1993.

_____. & BRAGA, M. do S. S. (Orgs). *Eleitores e Representação Partidária no Brasil*. São Paulo, Humanitas/CNPq, 2007.

JAGUARIBE, H. *Política de Clientela e Política Ideológica*. Digesto Econômico, Ano VI, n. 68, 1950.

_____. *A Renúncia do Presidente Quadros e a Crise Política Brasileira*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 1, n. 1, 1961.

_____. *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político*. Rio, Fundo de Cultura, 1962.

LAMOUNIER, B. & KINZO, M. D. G. *Partidos políticos, representação e processo eleitoral no Brasil, 1945-1978*. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais – BIB, em Dados, Rio de Janeiro, n.19, pp.11-32, 1978.

_____. e MENEGUELLO, R. *Partidos Políticos e Consolidação Democrática*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LIMA Jr, O. B. & SCHIMITT, R A. & NICOLAU, J. C. *A Produção Brasileira Recente sobre Partidos, Eleições e Comportamento Político: Balanço Bibliográfico*. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, BIB, Rio de Janeiro, n.34, p.3-66, 1992.

_____. *Partidos, eleições e Poder Legislativo*. In: MICELI, Sérgio (Org.). *O que ler na Ciência Social brasileira: Política*. São Paulo: Sumaré, 1999.

OLIVEIRA, L. L. *O Partido Social Democrático*. Rio de Janeiro, 1973.

_____. *O Sistema Partidário Brasileiro*. Rio de Janeiro, FGV, 1997.

_____. *Instituições Políticas Democráticas. O Segredo da Legitimidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.

MAINWARING, S. *Sistemas Partidários em Novas Democracias: O Caso do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

MELO FRANCO, A. A. *História e Teoria dos Partidos Políticos Brasileiros no Direito Brasileiro*. Alfa-Omega, São Paulo, 2 ed.1974.

MELO, C. R. & SÁEZ, M. A. (Orgs.) *A Democracia Brasileira. Balanço e Perspectivas para o Século 21*. Belo Horizonte, UFMG, 2007.

NICOLAU, J. *Partidos e Sistemas Partidários: 1985-2009*. In: LESSA, Renato (Org.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Ciência Política*. São Paulo: Barcarolla, 2010.

NUNES LEAL, V. *Coronelismo, Enxada e Voto*. 1 ed., Rio, Forense, 1949. 2.a ed., São Paulo, Alfa Omega, 1975.

PERISSINOTTO, R. & CODATO, A. & FUKS, M. & BRAGA, S. *Quem Governa? Um estudo das Elites Políticas do Paraná*. Curitiba, Ed. UFPR, 2007.

PERES, P. S. *Sistema Partidário e Instabilidade Eleitoral no Brasil*. In: Pinto, Céli R. e Santos, André Marengo (Orgs.). *Partidos no Cone Sul. Novos ângulos de pesquisa*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2002.

PEREIRA, C. e MUELLER, B. *Uma teoria da preponderância do Executivo. O Sistema de comissões no Legislativo brasileiro*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.15, n.43, junho de 2000.

_____. *Comportamento Estratégico em Presidencialismo de Coalizão: As Relações entre Executivo e Legislativo na Elaboração do Orçamento Brasileiro*. Dados, v. 45, n. 2, 2002.

PETERSON, P. J. *Brazilian Political Parties: Formation, Organization and Leadership*. Ph. D. Thesis, The University of Michigan, 1962.

POWER, T. y Zucco, C. (Orgs.). *O Congresso Por Ele Mesmo: Autopercepções da Classe Política Brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

REIS, F. W. *Political Development and Social Class*. Ph. D. Thesis, Harvard University, 1974.

_____. *As eleições e o Problema Institucional: A Revolução é a geral Cooptação*, Dados, v. 2, n. 14, 1977.

_____. *Partidos, Ideologia e Consolidação Democrática*, em F.W. Reus e G. O'Donnell (org.). *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988.

ROMA, C. *A Institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.17, n. 49, 2002.

_____. *Organizaciones de Partido en Brasil: El PT y el PSDB bajo Perspectiva Comparada*. América Latina Hoy, Salamanca, n. 44, p. 153-184, 2006.

RODRIGUES, L. M. *Partidos, Ideologia e Composição Social. Um Estudo das Bancadas Partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo, Edusp, 2002.

RIBEIRO, P. F. *Dos Sindicatos ao Governo: A Organização Nacional do PT de 1980 a 2005*. São Carlos: Ed. UFSCar/FAPESP, 2010.

SAMUELS, D. *Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato: evidências sobre o Brasil*. Dados, v.40, n.3, p.493-535,1997.

_____. *As Bases do Petismo*. Opinião Publica v.10, n.2, p.221-241,2004.

_____. *A Evolução do Petismo (2002-2008)*, Opinião Publica, v.14, n.2, p.302-318,2008.

SANTOS, F. *O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____. *Governos de Coalizão no Sistema Presidencial: O Caso do Brasil sob a Égide da Constituição de 1988*, em Leonardo Avritzer e Fátima Anastásia (org.), *Reforma Política no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

_____. *Patronagem e Poder de Agenda na Política Brasileira*. Dados, v.40, n.3, p.465-491,1997.

SANTOS, W. Guilherme dos. *As eleições e a Dinâmica do Processo Político Brasileiro*. Dados, n. 14, 1977.

SARTORI, G. *Partidos y Sistemas de Partidos*. Madrid: Alianza, 1980.

SCHATTSCHNEIDER, E. *Party Government*. New York: Rinehart, 1942.

SCHMITTER, P. *Parties Are Not What They Once Were*. In: GUNTHER.

SPECK, B. *O Financiamento de Campanhas Eleitorais (2006)* In: Leonardo Avritzer, Fatima Anastásia (orgs.): *Reforma Política no Brasil*, Belo Horizonte, Editora UFMG, p. 153-158.

_____. *Análisis Comparativo sobre Financiamiento de Campanas y Financiamiento de Partidos Políticos. Brasil*. In: GRINER, S. & ZOVATTO, D. (orgs.). *De las Normas a las Buenas Prácticas: El desafío del financiamiento político en América Latina*. San José, Costa Rica: IDEA/OEA, p. 1-19, 2004a.

_____. *Reagir a Escândalos ou Perseguir Ideais? A regulação do Financiamento Político no Brasil*. In: HOFMEISTER, W. (org.). *Reforma política: agora vai?* 1 ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, v.6, p.123-159,2005b.

SCHWARTZMAN, Simon. *Representação e Cooptação Política no Brasil*. Dados, n. 7, 1970.

_____. *São Paulo e o Estado Nacional*. São Paulo, Difel, 1974.

_____. As eleições e problema institucional (1): Estado e Sociedade no Brasil. *Dados*, n. 14, 1977.

SCHMITT, R. *Migração Partidária e Reeleição na Câmara dos Deputados*. Novos Estudos Cebrap, n.54, p.127-146, 1999.

SOARES, G. A. D. *Sociedade e Política no Brasil*. São Paulo, Difel, 1973.

_____. & TERRON, S. *Dois Lulas: A Geografia Eleitoral da Reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial)*. *Opinio Pública*, v.14,n. 2,p. 269-3012, 2008.

TERRON, S. & SOARES, G. *As Bases Eleitorais de Lula e do PT: Do Distanciamento ao divórcio*. *Opinio Pública*, v. 16, n. 2, p. 310-337, 2010.

SOUZA, M. do C. C. de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

VEIGA, L. F. *Mudanças e Continuidades na Identificação Partidária e na Avaliação das Principais Legendas após 2002*. *Opinio Pública*, v.13, n.2, p.340-365, 2007.

WEFFORT, F. C. *O populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, *Opinio Pública*, v.16, n.2,p. 310-337, 2010.